

A etnomusicologia participativa na academia: alguns apontamentos

Júlia Zanlorenzi Tygel
(UNICAMP)

Any Manuela Freitas dos Santos Nascimento
(Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Audiovisual – LEAA/Recôncavo)
jutygel@yahoo.com; leaa-reconcavo@uol.com.br

Resumo

O desejo de contribuir para com as comunidades pesquisadas é um sentimento comum a muitos etnomusicólogos, que, diversas vezes, acabam se engajando em ações em benefício das pessoas produtoras das práticas musicais que estudam, no sentido de serem mais reconhecidas e valorizadas. Essa postura é normalmente esperada pelos indivíduos que se dispõem a compartilhar com os etnomusicólogos seus saberes tradicionais e/ou específicos. Tais ações, entretanto, são frequentemente tomadas de forma empírica, extra-curricular e sem apoio financeiro, o que tende a dificultar e minimizar sua profundidade e repercussão. A herança do positivismo científico estimula-nos a observar as práticas musicais com distanciamento, a partir dos ângulos específicos das teorias ocidentais, retirando-nos a oportunidade de unir aos nossos discursos os pontos de vista das pessoas cujos repertórios estudamos, além de desperdiçarmos a possibilidade de aprofundar a pesquisa de campo por meio do engajamento dessas pessoas. A etnomusicologia participativa vem se fortalecendo como alternativa para unir e legitimar o desejo de colaboração com as comunidades estudadas, as suas expectativas e a ampliação do conhecimento científico, reunindo novas perspectivas sobre os temas investigados. Neste artigo discutimos alguns pontos sobre a história e os pressupostos desse campo, adentrando em questionamentos sobre como, de fato, práticas dessa natureza podem permear os estudos acadêmicos, especialmente no âmbito da pesquisa e da extensão.

Palavras-chave: Etnomusicologia participativa. Pesquisa participativa. Extensão universitária.

Abstract

The desire to contribute with the researched communities is a shared feeling by the ethnomusicologists, who often engage themselves in actions that benefit the people who produce the musical practices they research, trying to bring them to be more recognized and valorized. This attitude is normally expected by the individuals who become available to share their traditional and/or specific knowledge with the ethnomusicologists. Those actions, however, are frequently taken in empirical, not-curricular ways, and without support – what tends to make it difficult and minimize its depth and repercussion. The scientific positivism heritage stimulates us to observe the musical practices with distance, from the specific angles of the occidental theories – removing the opportunity to unite our speeches with the perspectives of people whose repertory we study, apart from the fact that we waste the possibility to deepen the field research by their engagement. The applied ethnomusicology has been consolidating itself as an alternative to unite and legitimate the intent to collaborate with the researched communities, the expectations of those communities, and the enlargement of the scientific knowledge, joining new perspectives to the investigated themes. On this paper we point some questions about the history and the basic concepts of this field, discussing how those practices can permeate the academic studies, specially in research and outreach programs.

Keywords: Applied Ethnomusicology. Participatory research. Outreach Program.

Nos últimos anos, tem crescido o interesse no debate sobre questões éticas na pesquisa etnomusicológica, a exemplo do presente congresso, que destinou o assunto a um dos núcleos temáticos. Nettl (2005) aponta uma carência de estudos sobre o assunto, cujas discussões começaram a se evidenciar nos anos 1970, nos Estados Unidos, afirmando que – englobados pelo termo *ética* – tanto as obrigações e responsabilidades dos etnomusicólogos em relação aos grupos pesquisados, como as relações entre

pesquisadores *internos* e *externos*¹ e questões de autoria e propriedade são assuntos da etnomusicologia contemporânea.

Para esse autor, a simpatia pelas comunidades pesquisadas e o desejo de que as músicas ali produzidas sejam reconhecidas e valorizadas, embora não façam parte das definições do que seja um “etnomusicólogo”, são características compartilhadas pela maioria dos pesquisadores da área. Esse desejo, complementa, frequentemente acarreta, por parte do investigador, ações políticas em prol da defesa de direitos dessas comunidades; da continuidade das práticas musicais estudadas; e da divulgação responsável² desses repertórios. O autor reconhece que, mesmo que o pesquisador procure tratar seu objeto de estudo com distanciamento, é muito comum que ele se engaje no que chama de *ativismo musical*, em defesa dos produtores dos repertórios estudados (Nettl, 2005:15). Myers complementa esse raciocínio, definindo os etnomusicólogos como “os grandes igualitários da musicologia”. (Myers apud Nettl, 2005:160). Nettl aponta que, de forma análoga, os pesquisados também esperam esse tipo de postura dos etnomusicólogos: “mais significativamente, eles demandam reconhecimento de sua arte e de sua cultura.” (Nettl, 2005:160, nossa tradução).

De fato, podemos perceber essas preocupações por parte de autores que elaboraram marcos conceituais da etnomusicologia: Merriam (1964) e Seeger (1987) abordaram a questão das trocas entre pesquisador e pesquisados, enfatizando a necessidade de existência de uma reciprocidade – se, por um lado, os etnomusicólogos se beneficiam dos trabalhos produzidos a respeito das comunidades que estudam, por outro, tais comunidades devem receber atenção e apoio do etnomusicólogo para com suas necessidades e interesses. Sob essa perspectiva, Feld (1992) incluiu um capítulo, no fim de seu livro, com comentários dos pesquisados sobre seu próprio estudo, prática que chamou de *edição dialógica*.

Embora o desejo e, muitas vezes, a prática de colaboração mútua entre pesquisadores e pesquisados em etnomusicologia exista já há muito tempo, a legitimação dessa postura pela ciência ainda está em vias de se estabelecer. As atividades que endossam esse posicionamento geralmente são iniciadas por pesquisadores em regime extra-acadêmico, com recursos próprios; ou então por pessoas e instituições não vinculadas à academia (Davis, 1992; Tygel, 2006). Com isso, os pesquisadores acadêmicos que se propõem realizar práticas dessa natureza ficam sobrecarregados e, frequentemente, recebem menos crédito que aqueles que se dedicam exclusivamente a trabalhos teóricos (Davis, 1992). A academia, por sua vez, perde a chance de ampliar os conhecimentos sobre as comunidades pesquisadas: considerando válida somente a visão do pesquisador, descarta-se a possibilidade de inserir nos trabalhos a visão que os próprios pesquisados têm sobre suas práticas musicais (Carvalho, 1999).

Esse impasse, presente em diversos campos das ciências humanas, tem suscitado reflexões, questionamentos e proposições de vários autores, especialmente no que concerne à própria definição de ciência. O modelo positivista, cuja hegemonia se estendeu até meados do século XX, pressupõe que a teoria deve nascer da observação dos dados coletados, podendo o pesquisador, por meio de metodologias específicas, adotar uma postura neutra e imparcial frente à realidade. Nas ciências humanas, esse paradigma reproduziu o modelo de investigação adotado pelas ciências exatas e biológicas, que supunha ser a realidade regida por regras e normas, cabendo ao pesquisador, com objetividade, desvendá-las.

Carvalho (1999) aponta que a visão positivista marcou a história das etnociências – campo em que se insere a etnomusicologia – com uma visão imperialista, colocando-se diante das culturas tradicionais de forma a produzir conhecimentos a partir do olhar ocidental, sem contribuir, via de regra, para com as realidades pesquisadas. No sentido de serem considerados legítimos, continua o autor, os olhares etnográficos dos países periféricos também se ocidentalizaram, uma vez que o posicionamento europeu acabou sendo estabelecido como ponto de fuga a partir do qual as culturas deveriam ser observadas³. Devemos concordar que a etnomusicologia tem inúmeros exemplos que confirmam essas afirmações, em pesquisas dirigidas unicamente sob o olhar do pesquisador acadêmico, servindo apenas aos seus próprios interesses e não àqueles das comunidades investigadas.

Ao longo do século XX, o paradigma positivista começou a ser questionado, dando lugar a outras formas de olhar a realidade – tanto nas ciências exatas, com discussões advindas da teoria da relatividade;

¹ Os termos referem-se, respectivamente, às pessoas que fazem parte do contexto cultural investigado, e àquelas que não fazem, e são uma possibilidade de tradução de *insider* e *outsider*, palavras usadas com esse sentido na literatura específica de língua inglesa.

² Por “divulgação responsável” subentende-se o respeito pelos direitos autorais, a consulta aos produtores dos repertórios em relação à divulgação e a intenção em aumentar, através dela, o reconhecimento desses produtores e/ou da comunidade pesquisada.

³ Segundo o autor, esse processo estaria vinculado a um projeto neocolonial de ocidentalização do mundo.

como nas ciências humanas, por meio de proposições que apontaram a existência de um “relativismo cultural”, esboçado a partir das primeiras investidas de antropólogos a campo⁴, e culminaram com as afirmações de Geertz (1978), ao argumentar que as pesquisas em ciências humanas podem resultar apenas em *interpretações* das realidades estudadas, inevitavelmente parciais e, até, subjetivas, na medida em que estão necessariamente ligadas ao sujeito que observa e à sua percepção individual do mundo.

Nessa mesma direção, Thiollent (1985) afirma que o método e o discurso científicos estão intimamente relacionados à postura política do pesquisador, na medida em que este sempre tem uma visão de mundo como pano de fundo, que direciona seu modelo de observação, ou seja, sua metodologia. A simples adoção de uma ou outra metodologia, segundo ele, já compromete a pesquisa com interesses específicos, porque conceitua o objeto estudado sob um determinado ângulo ideológico. Ele e outros autores – como Brandão (1990), Carvalho (1999) e Oliveira (2006) – discutiram o comprometimento inevitável da pesquisa com os interesses de alguém ou algum grupo, frisando a necessidade de o grupo beneficiado pela pesquisa ser aquele por ela contemplado, uma vez que ele, freqüentemente, não tem acesso ao monopólio da “competência científica” legitimada, associada inseparavelmente ao poder social (Cambria, 2004). Oliveira (2006) complementa esse raciocínio com o argumento de que o pesquisador deve se posicionar politicamente de forma clara frente à situação investigada. Como aponta El Andaloussi (2004:63), “Em ciências humanas, o objeto da ciência também é sujeito. Consequentemente, a relação entre pesquisador e sujeito não é neutra.”

Essas críticas conduziram ao questionamento da supremacia de nossas formas de viver e pensar frente outras realidades e suscitaram uma ampliação do próprio conceito de ciência. Dentre outros autores, Santos (1996) afirma que a legitimação do saber científico está ligada à soberania política do grupo que o produz, sobreposta, muitas vezes, à elite financeira – no Brasil, bem como em outros países, sabemos que a elite intelectual está em grande parte sobreposta a uma elite financeira. A falta de legitimação de saberes não-científicos estaria, dessa forma, profundamente vinculada à desigualdade social. Segundo o autor, “(...) as hierarquias têm estado sempre ligadas às tecnologias, nomeadamente às tecnologias do saber, (...) [e] a guerra contra os monopólios de interpretação está longe de ser ganha” (Santos, 1996: 108-109). O autor critica o modelo acadêmico *moderno*, propondo um maior reconhecimento dos saberes não-científicos: “Práticas sociais alternativas gerarão formas de conhecimento alternativas. Não reconhecer estas formas de conhecimento implica deslegitimar as práticas sociais que as sustentam e, nesse sentido, promover a exclusão social dos que as promovam” (Santos, 1996: 328). Sob argumentos semelhantes, El Andaloussi afirma que “a fronteira entre o científico e político é ínfima” (2004:80).

Paralelamente a esses questionamentos, Paulo Freire (1975) propôs novas formas de pensar a educação, baseando-se na idéia de que todos os indivíduos têm igual capacidade e direito de construir o mundo – construção essa que, segundo ele, consiste na *pronúncia* do mundo, ou seja, na forma de pensar sobre ele: o discurso⁵. Entretanto, continua, encontramos-nos em uma situação na qual um grupo (ao qual chama de *oprimidos*) reproduz o discurso de outro grupo (dos *opressores*), agindo de acordo com idéias que não são suas genuinamente, mas que lhes são impostas, inclusive através do sistema educacional. Segundo ele, práticas educativas baseadas no *diálogo*⁶ facilitariam o processo de *libertação* dos *oprimidos* das visões de mundo dos *opressores*, o que dissolveria a dicotomia entre esses dois grupos. O *diálogo*, conclui o autor, só é possível quando há *amor* aos homens, *fé* nas suas capacidades e *humildade*.

Essa nova perspectiva sobre o processo educacional, os questionamentos sobre a validade do conhecimento científico e sobre a forma de produzi-lo levaram à elaboração do que se denomina *pesquisa participativa*, ou *pesquisa-ação*, um modelo de pesquisa que propõe o apagamento da relação hierárquica entre o pesquisador e a realidade investigada, fazendo com que ambos participem do processo de pesquisa, e que ela sirva aos interesses dos grupos estudados. Thiollent (1986:9) define a *pesquisa-ação* como “(...) um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Para El Andaloussi, esse novo paradigma de produção de conhecimento, “(...) ao envolver os sujeitos em um processo de mudança, representa a utilização da ciência na luta ideológica”, já que, nesse

⁴ Como é o caso de Malinowski (1978), que delineou a prática da pesquisa participante, segundo a qual o pesquisador deveria, ao integrar-se ao meio estudado, procurar compreender como os sujeitos investigados pensam e concebem sua realidade.

⁵ Conforme Foucault (2002), o discurso conduz a forma de pensar sobre o mundo, forma essa que é, afinal, a realidade em que vivemos. O autor aponta diversos mecanismos de controle do discurso na sociedade, que atuam no controle da realidade pensada e, portanto, vivida.

⁶ Práxis na qual todos participam da *pronúncia* do mundo.

caso, “(...) a pessoa humana adquire sua dignidade. Não é mais considerada objeto de pesquisa, semelhante aos sais minerais ou à natureza da rocha. O respeito e a emancipação da pessoa humana são direitos fundamentais, tanto na pesquisa quanto na ação: a pesquisa não se faz sobre as pessoas, mas com elas. Com a pesquisa-ação inicia-se uma nova ética.” (El Andaloussi, 2004:80-81). Dessa forma, a pesquisa-ação está longe de ser uma simples técnica de pesquisa ou de coleta de dados, ou um método de investigação de campo, mas “um paradigma que possui suas próprias finalidades, seus próprios fundamentos teóricos e suas próprias metodologias.” (El Andaloussi, 2004:17).

Sob influência dessas idéias, e com base em experiências de colaboração em campo, vem se fortalecendo na etnomusicologia uma corrente que objetiva constituir-se como ponte entre os interesses dos pesquisadores e das comunidades investigadas: a *etnomusicologia participativa* ou *aplicada*, também chamada de *política*, entre outros termos (Titon, 1992). Conforme Davis, as origens da área remetem aos trabalhos de *folclore aplicado*, ou *folclore do setor público*, campo que se expandiu nos anos 1980 nos Estados Unidos e cujos projetos “(...) pretendem facilitar a conservação de aspectos da cultura expressiva (música, dança, artes plásticas, etc.) por seus respectivos portadores culturais, em seus contextos tradicionais.” (Davis, 1992:362, nossa tradução). Nettl (2005) relaciona essas atividades ao processo de “repatriação” musical, ocorrido nos EUA a partir dos anos 1970, quando os etnomusicólogos começaram a empenhar-se no sentido de devolver às culturas os registros anteriormente feitos sobre suas tradições musicais, frequentemente na forma de arquivos sediados nas comunidades originárias de tais pesquisas. O autor aponta que, à mesma época, teve início um debate acadêmico sobre o assunto, a exemplo da *Society for Ethnomusicology* (SEM), que manteve por mais de trinta anos um comitê permanente de ética, e do *International Council for Traditional Music* (ICTM), que, conforme ele, vem lidando formalmente com a questão em seus órgãos políticos. A partir dos anos 1990, com a difusão da distribuição de músicas através da tecnologia computacional, os etnomusicólogos também passaram a tentar proteger os grupos que pesquisavam, para não serem explorados por esse sistema (Nettl, 2005:202).

Concomitantemente ao início dos trabalhos aplicados em etnomusicologia, continua Nettl, as comunidades pesquisadas começaram a reivindicar o controle sobre os estudos de suas músicas, processo associado a um movimento de independência política e cultural que abarcou diversos países a partir dos anos 1960 – o que significou dar prioridade para pesquisadores locais em relação a pesquisadores externos (Nettl, 2005:207). Segundo o autor, esse foi um dos maiores eventos da etnomusicologia desde os anos 1950, fazendo emergir acadêmicos não-ocidentais que estudam, se não a música de suas tradições pessoais, aquelas de suas nações ou regiões, acarretando o nascimento de muitas “etnomusicologias” – um conceito, segundo ele, não aceito por todos⁷.

Nesse contexto, pode-se dizer que a etnomusicologia apropriou-se das idéias das *pesquisas participativas* na construção de uma *etnomusicologia participativa*. Para Marques (2005), “A etnomusicologia aplicada é o estudo da música na cultura que integra pesquisador e comunidade através da prática do trabalho como retorno em sentido coletivo. Isso realmente implica no convívio e na troca mútua de conhecimentos.” Lühning (2006) enfatiza que a pesquisa participativa em etnomusicologia não constitui apenas uma metodologia, mas fundamenta-se no propósito individual do pesquisador de trazer contribuições às pessoas através do seu trabalho – ideal que é anterior à própria pesquisa⁸.

Nettl reconhece que a etnomusicologia participativa, atualmente, vem ampliado seu espaço, representando uma “(...) mudança gradual, mas muito desejável na perspectiva que [os pesquisadores] têm dos ‘outros’.” (Nettl, 2005:442). Segundo o autor, a área baseia-se na idéia de que os pesquisadores devem retribuir às comunidades pesquisadas o que com elas aprendem, conhecimentos esses que possibilitam a realização dos seus trabalhos. Os pesquisadores que acreditam nesse princípio, conforme o autor, têm mostrado grande interesse em ajudar povos oprimidos e desprivilegiados, e a tornar seus músicos conhecidos, reconhecidos e respeitados, através de apresentações e gravações. Tais pesquisadores têm se envolvido na organização de festivais, e trazido seus professores “nativos” para as universidades e meios de comunicação. (Nettl, 2005: 441-442).

Davis (1992) afirma que os etnomusicólogos aplicados têm como atividade central, além da conservação de material audiovisual em arquivos, assegurar condições que facilitem a continuidade de

⁷ Conforme o autor, “(...) assim como uma cultura tem sua própria etno-botânica e etno-história – a sua própria interpretação dos indiscutíveis conhecimentos sobre plantas e eventos – faz sentido falar de etnomusicologias, que se baseiam no equilíbrio entre as definições amplamente aceitas da etnomusicologia, e nos princípios gerais de uma cultura em particular.” (Nettl, 2005:210-211, nossa tradução).

⁸ Nisso, a autora está de acordo com o pressuposto de Freire (1975) de que não é possível *diálogo* (imprescindível na pesquisa participativa) sem *amor* aos homens.

tradições musicais vivas, dentro de seus respectivos contextos socioculturais. O etnomusicólogo, assumindo o papel de facilitador ou catalisador, inicia o “nativo” no mundo do pesquisador externo, tanto quanto o “nativo” o inicia em seu mundo. Segundo ela, quase todas as vilas têm um “cientista inato”, que o etnomusicólogo deve descobrir e incentivar, para que possa contar sua própria história.

Para Titon (1992), os conhecimentos gerados em pesquisas participativas em etnomusicologia não são necessariamente acadêmicos. Por isso, segundo Cambria (2004), essas práticas ainda são vistas como secundárias e extra-acadêmicas. De fato, parece haver pouca ênfase, na formação de jovens pesquisadores, sobre a possibilidade de realizarem pesquisas etnomusicológicas participativas como parte de suas atividades acadêmicas. Além disso, a bibliografia da área ainda é escassa, dispersa (Nettl, 2005; Cambria, 2004) e, frequentemente, para nós, encontra-se disponível somente em línguas estrangeiras.

A etnomusicologia participativa como área acadêmica, entretanto, além de trazer maior legitimidade e profissionalização aos trabalhos aplicados (Davis, 1992), pode contribuir para que a *autoridade etnográfica* (Clifford apud Pelinski, s.d.) – nesse caso, a etnomusicológica – deixe de ser única e exclusivamente privilégio do etnomusicólogo, sendo dividida entre ele e seus colaboradores. Para Davis (1992), as metodologias participativas, quando utilizadas pela etnomusicologia na academia, contribuem para o rompimento, nessa área, com o *imperialismo acadêmico*, ou *imperialismo científico* ou, ainda, o *etnocentrismo etnográfico* (Carvalho, 1999), para construir novos processos através dos quais as *vozes subalternas* (Carvalho, 1999) das comunidades pesquisadas possam ser ouvidas e fortalecidas. Essa mudança colaboraria com a diminuição, senão a extinção, de pesquisas que trazem benefícios exclusivos ao pesquisador externo, como o prestígio acadêmico, a obtenção de uma bolsa ou patrocínio sem retorno à comunidade.

A incorporação de pesquisas participativas pela academia também traria a vantagem de ampliar os conhecimentos sobre a realidade estudada, somando as contribuições dos pesquisadores *internos*, sobretudo porque os pesquisadores *externos* tendem a ser mais descritivos e os pesquisadores *internos*, mais analíticos, observando características do sistema musical investigado que fazem sentido para os próprios atores (Nettl, 2005:94). Ademais, a divisão de tarefas inerente a uma pesquisa participativa possibilita realizar trabalhos mais amplos e profundos.

A partir de argumentos de diversos autores, Nettl define o perfil ideal de um bom etnomusicólogo, agregando características dificilmente encontradas em uma única pessoa⁹. Em investigações participativas, essas qualidades podem estar dispersas em diversos membros da equipe que, unida, formará um grupo capaz de realizar trabalhos de grande valor (Nettl (2005:147).

Nettl (2005: 144) aponta também as dificuldades de escolha de informantes ou professores pelo pesquisador, já que este depende da boa vontade de pessoas que não lhe conhecem. Nesse quesito, evidencia-se outra vantagem da pesquisa participativa: uma vez que pessoas da comunidade estudada também se tornam pesquisadoras, elas colaboram com a seleção de informantes, que podem ser, inclusive, elas próprias. Esses indivíduos conhecem profundamente o contexto estudado, sabem quem são as pessoas mais representativas em relação aos assuntos investigados e frequentemente têm meios mais eficazes para abordá-las.

Um outro aspecto no qual o trabalho participativo em etnomusicologia pode trazer benefícios à pesquisa científica diz respeito à seleção dos materiais coletados em campo. Nettl enfatiza que, antes de realizar gravações, o pesquisador precisa saber o que está procurando: o que é mais representativo em uma cultura; ou o que tem melhor qualidade; segundo quais critérios; ou o quê os “nativos” consideram ideal (Nettl, 2005:169). A presença de membros da comunidade estudada na equipe de pesquisa facilita sobremaneira a definição dos critérios para a gravação e a seleção dos materiais recolhidos, uma vez que essas pessoas têm uma visão muito clara sobre o que é mais representativo, mais importante ou considerado melhor pelos membros da cultura em questão, o que permite contextualizar com mais acuidade os repertórios.

Trabalhos em etnomusicologia participativa também podem resultar em materiais didáticos ou de apoio a escolas. Nettl aponta educação como assunto importante na etnomusicologia atual, no sentido de transmitir, para outras áreas, a importância da música e de seu estudo na cultura. Produções participativas de

⁹ Nettl enumera algumas dessas características: ter controle sobre várias disciplinas (antropologia, história, arte, estudos de religião, biologia, psicologia), além do treino musical; ser um músico talentoso, para poder aprender rapidamente um sistema que lhe é estranho; falar as línguas dos povos estudados; saber manusear equipamentos de gravação em áudio e vídeo; ter disposição e possibilidade de ficar em campo por longos períodos, sem se perder no empreendimento; ter grande energia para compreender, sem muita ajuda, materiais de grande complexidade, em condições físicas difíceis; ser sociável; entre outros atributos (Nettl, 2005: 146-147).

materiais voltados a estudantes podem chamar a atenção de jovens sobre a diversidade musical existente no mundo, sob as óticas das próprias comunidades produtoras dessas músicas, e, a partir desse viés, suscitar seu respeito e valorização.

Em relação a crianças, Nettl acredita ser muito mais interessante, em um processo educacional, mostrar a elas que existem diversos sons e repertórios diferentes dos nossos, que adaptar canções de outros povos à nossa linguagem musical, para que elas possam cantá-las e apreciá-las (Nettl, 2005: 401), como geralmente tem sido feito, a exemplo do que temos visto em nossa experiência didática, no convívio com professores de música e em disciplinas e cursos sobre educação musical. Nesse ponto, endossamos na prática a posição do autor, em dois cursos semestrais de música ministrados a crianças de três a cinco anos¹⁰, nos quais pudemos notar o grande interesse por sons desconhecidos – oferecemos a elas instrumentos e gravações trazidos dos povos indígenas Timbira do Maranhão e Tocantins, em viagem a trabalho no Ponto de Cultura Pıntxwýj Hêmpejxý, que abarcou o Arquivo Musical Timbira – o que reafirma o papel relevante que a música tem de produzir a aceitação da diversidade cultural.

O Brasil, segundo Araújo (2006), tem particularidades que propiciam o desenvolvimento de pesquisas em etnomusicologia participativa: os etnomusicólogos estão frequentemente próximos às comunidades que sediam seus objetos de estudo, marcadas, muitas vezes, por um contexto de grande desigualdade social; não raras vezes, eles são convidados a extrapolar sua condição e adotarem uma postura política clara no sentido de gerar benefícios para tais comunidades. Esse cenário convida-nos a questionar: como, de fato, podem ser feitas pesquisas participativas em etnomusicologia no Brasil, e como elas podem estar vinculadas à academia?

O tema é extremamente amplo e a pergunta abarca diversas respostas válidas – muitas delas, esperamos, ainda estão por ser formuladas. Em nossa pesquisa, temos recolhido informações sobre as práticas de dois projetos, a saber, as ações do *Laboratório de Etnomusicologia, Antropologia e Áudio* (LEAA), em Cachoeira, no Recôncavo Baiano; e o *Arquivo Musical Timbira*, sediado em Carolina/Maranhão. Essa investigação caminha no sentido de divulgar procedimentos que têm sido eficazes e que poderiam contribuir para a ampliação do debate no âmbito acadêmico e para o desenvolvimento de outras pesquisas dessa natureza.

Podemos afirmar que algumas práticas são comuns a ambos os projetos e norteiam muitas outras atividades. A principal delas é a construção de arquivos musicais participativos com sede nas comunidades locais, nos quais os coletores e, em graus diferentes, organizadores dos registros sonoros são pesquisadores *internos*, iniciados à prática de pesquisa em cursos e/ou oficinas, nas quais são discutidas tanto questões sobre a música como processo cultural e sua importância na construção de identidades, como técnicas de gravação, de entrevista e de organização de materiais. Tais cursos são gratuitos e destinados a jovens, que, em ambos os casos, são herdeiros das culturas que pesquisam, e pelas quais, através das pesquisas, têm manifestado um reinteresse, a despeito da crescente evasão de outros jovens de grupos tradicionais, fascinados pelos repertórios de consumo que adentram suas realidades. Esse interesse tem estimulado os mestres locais a ensinarem esses jovens, inclusive para atuarem politicamente em defesa da cultura de suas comunidades. Os projetos também têm divulgado seus resultados, sob formas diferentes: CD, livro, meio digital. Entretanto, nenhum deles está vinculado formalmente à academia, embora suas coordenadoras sejam pesquisadoras formadas e atuantes.

Uma possibilidade para inserir de projetos dessa natureza na academia seria na forma de iniciativas de pesquisa e extensão. Segundo Thiollent (2002), a extensão universitária deveria pressupor a realização conjunta da produção e da difusão de conhecimentos, normalmente tidas como etapas diferentes, relativas, respectivamente, à pesquisa e à extensão. A pesquisa participativa seria, assim, o elo possibilitador da extensão universitária, uma vez que compreende pesquisa e ação.

Trazendo a questão à nossa área, podemos concluir que o incentivo à realização de pesquisas em *etnomusicologia participativa* como projetos integrados de pesquisa e extensão universitária traria contribuições não só às comunidades estudadas – com as quais normalmente nos envolvemos afetivamente e pelas quais frequentemente intercedemos politicamente –, mas também para a própria produção e conhecimento científico em etnomusicologia. O reconhecimento acadêmico de práticas dessa natureza certamente estimularia uma multiplicação de projetos, nos quais membros das comunidades estudadas poderiam ser iniciados à prática de pesquisa, e ampliar a visão *externa* que, frequentemente, temos sobre os grupos pesquisados em etnomusicologia. Dessa forma, nós, pesquisadores acadêmicos, poderíamos ter

¹⁰ Estágios realizados na Escola Municipal de Educação Infantil "Maria Célia Pereira", localizada no campus da UNICAMP.

legitimadas e aprofundadas atividades que já realizamos, muitas vezes, de maneira extra-curricular – através de práticas que, certamente, nos auxiliarão também na construção de conhecimento científico.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CAMBRIA, Vincenzo. “Etnomusicologia aplicada e ‘pesquisa ação participativa’”. Reflexões teóricas iniciais para uma experiência de pesquisa comunitária o Rio de Janeiro”. In: *Anais do V Congresso Latinoamericano da Associação Internacional para o Estudo da Música Popular*, 2004. Disponível em: <www.unirio.br/mpb/iaspmpla2004/Anais2004/VincenzoCambria.pdf> consulta: 03/2005.
- CARVALHO, José Jorge de. “O olhar etnográfico e a voz subalterna”. In: *UNB - Série Antropologia nº 261*, 1999. Disponível em: <<http://www.unb/ics/dan/Serie261empdf.pdf>> Acesso: 03/2005.
- DAVIS, Martha E. “Carreers, ‘Alternative Careers’ and the Unity Between Theory and Practice in Ethnomusicology”. In: *Ethnomusicology vol. 36 nº3*, 1992, p. 361-367. Disponível em: <<http://www.jstor.org/search/>> Acesso: 03/2005.
- EL ANDALOUSSI, Kalil El. Pesquisas ações: ciências, desenvolvimento, democracia. São Calos: EdUFSCar, 2004.
- FELD, Steve. Sound and Sentiment: Birds, Weeping, Poetics, and Song in Kaluli Expression. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992, 2nd. Ed.
- FOUCAULT, Michel A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2002.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, 3^a ed.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978. “Introdução”, p.17-34.
- MERRIAM, Alan P. The Anthropology of Music. Evanston: Northwestern University Press, 1964.
- NETTL, Bruno. The study of ethnomusicology: thirty-one issues and concepts. Champaign: University of Illinois Press, 2005, 2nd ed.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Caminhos da identidade. São Paulo: Ed. Unesp: 2006.
- PELINSKI, Ramón. Etnomusicología en la edad posmoderna, s.d. Disponível em: <<http://www.candela.scd.cl/docs/pelinski.htm#1>> Acesso:03/2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice. O social e o político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.
- SEEGER, Anthony. Why Suyá Sing: a musical anthropology of an Amazonian people. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1985.
- _____. Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1986.
- _____. “Construção do conhecimento e metodologia da extensão”. In Anais do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2002. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/anais/conferencias/construcao.pdf>> Acesso: 03/2005.
- TITON, Jeff Todd. “Music the Public Interest, and the Practice of Ethnomusicology”. In: *Ethnomusicology vol. 36 nº 3*, 1992, p.315-322. Disponível em: <<http://www.jstor.org/search/>> Acesso: 03/2005.
- TYGEL, Júlia Z. “Etnomusicologia aplicada: uma reflexão crítica sobre as metodologias de dois projetos de pesquisa e ação”. In *Anais do XV Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM)*. Rio de Janeiro: NCE, 2005, p. 731-738, meio eletrônico.

Outras fontes:

Entrevista com o Prof. Dr. Samuel Araújo (UFRJ), realizada em 2006.

Entrevista com a Profa. Dra. Angela Lühning (UFBA), realizada em 2006.

Marques, Francisca. “Educação Comunitária e Patrimonial: desafios e perspectivas para uma etnomusicologia aplicada”. Palestra apresentada no *V Fórum Social Mundial*. Porto Alegre/RS, 2005.